

PESQUISA HISTÓRICA

CESÁRIO ALVIM

A SAGA DE JOVEM ADVOGADO DO INTERIOR QUE SE TORNARIA FIGURA DESTACADA DO IMPÉRIO E PRÓCER DA REPÚBLICA

Ari Gonçalves *

1. ANTECEDENTES

A vasta planície que se espraia dos dois lados do Ribeirão Ubá, onde mais tarde se plantou o arraial, a Vila e a cidade, era, no início do século passado, habitada por um galho de imensa tribo dos Puris. Estes se estendiam além das fronteiras atuais do município, alcançavam Mirai e seguiam até o hoje território de Muriaé. Eram índios mansos, de boa índole, amigos dos portugueses que desrespeitando as ordens da “Zona Proibida”, já se haviam localizado em nosso município, desde os meados do século XVIII, com Fazendas de criação e agricultura.

Essa região pertencia, então, ao município de Mariana.

In illo tempore, o Capitão Guido Tomaz Marlière, enviado a S. João Batista do Presídio, então já com 13 cabanas, para pacificar indígenas e portugueses, visitou o torrão dos Puris do ribeirão Ubá, escrevendo ao Capitão-General das Minas, D. Manoel de Portugal e Castro, sugerindo mandasse aldeiar os silvícolas.

Tratando-se de assunto civil, alheio à função militar de Marilère, o Governador enviou a sugestão ao novo Capitão-mor de Mariana, Antônio Januário Carneiro, que a adotou. Quem era esse Capitão-mor?

2. CARNEIROS

Tereza Maria de Jesus e Silva, pertencente ao tronco de uma das mais antigas

* † Ex-Advogado, ex-Deputado Estadual, ex-Professor da Fundação Universitária Presidente Antônio Carlos, em Ubá / MG. Pesquisa realizada em Cartório da Comarca de Ubá.

famílias brasileiras, que o Pe. Pedro Vidigal liga à descendência de Amador Bueno, o Aclamado Paulista, casou-se com o português Antonio Carneiro Flores, de onde se originaram todos os Carneiros.

Em verdade, foi deste casal que provierem diversos filhos, sendo o mais velho Antonio Januário Carneiro, nascido em Calambau (hoje Presidente Bernardes), em 19 de setembro de 1779.

Negociante abastado em Piranga, exportador de poaia e algodão, naquela época da Revolução Industrial, em que a Inglaterra estava faminta pelo algodão, residia ele, com a numerosa família, em uma casa, baixa e comprida, de soleira larga, à margem direita do rio Piranga.

Vagando-se, em março de 1815, o cargo de Capitão-mor das Ordenanças do Termo da Cidade de Mariana, por falecimento de Antônio Alves Pereira, houve por bem o Governador e Capitão-mor de Minas Gerais, D. Manoel de Portugal e Castro, nomear a Antônio Januário Carneiro, então com 35 anos de idade, para Capitão-mor, o mais importante cargo do vastíssimo município, que abrangia a nossa região.

Recebendo a representação de Marlière, o Governador e Capitão General autorizou a edificação da Capela e incumbiu ao Capitão-mor Antônio Januário Carneiro de edificá-la.

Antônio Carneiro adquiriu aqui quatro sesmarias de terras boas, formando a Fazenda Boa Vista, que ia da Barrinha à Miragaia, abrangendo o terreno desta cidade, seguindo à Liberdade e à Peixoto filho, continuando até o Ubá Pequeno, a divisar com os Albinos, Fazenda toda coberta de matas virgens, confrontando com o comendador Manoel de Oliveira Silva Furtado Brandão, José Alves Leitão, Manuel Francisco Estevão, João Antunes de Siqueira e outros.

Dessa Fazenda, o Capitão-mor doou uma gleba, ia do Morro da Caixa D'Água ao Morro das Três Porteiras, seguindo até a estação, para que fosse construído o arraial. É o que se poder chamar, hoje, o centro da cidade.

Nesse trecho, com o auxílio de alguns portugueses e escravos, levantou a Ca-

pela de S. Januário do Ubá, benzida pelo Pe. Manuel de Jesus Maria, em 7 de novembro de 1815, filial da freguesia de S. Manuel da Pomba e Peixe (Rio Pomba).

No S. João Batista do Presídio, comprou o Capitão-mor nova sesmaria, levantando ali a sua casa, semelhante à que possuía em Piranga – baixa e comprida, de soleira larga, com uma calçada à frente, onde vivia com uma índia, da qual teve um casal de filhos, que reconheceu e aos quais deixou a propriedade presidiense: daí provêm os Carneiros de Rio Branco, os CARNEIROS brasileiros.

Dessa Fazenda, que eu ainda conheci, o Capitão-mor vinha a Ubá, ia aos Bagres (hoje Guiricema), avançava até Sta. Rita do Turvo (hoje Viçosa), sempre retornando à Fazenda do Presídio e sempre na faina de rasgar florestas, abrir lavouras de algodão e colher poaia, com utilização do braço indígena.

Para aqui trouxe algumas famílias pobres de Piranga, para formar, junto à Capela, a primeira rua (de Trás, hoje Sta. Cruz). O santo para a Capela, o São Januário, feito de madeira por um santeiro da época, veio de Calambau.

O povoado progrediu tanto que, quinze anos mais tarde, em 1830, já possuía 19 casas. Nasceu a aldeia de São Januário do Ubá.

O Capitão-mor Antônio Januário Carneiro era casado com Francisco Januária de Paula Carneiro, de quem houve muitos filhos, sendo que nos interessa, neste rápido estudo, a sua segunda filha, TEREZA JANUÁRIA CARNEIRO, mãe de Cesário Alvim.

3. OS ALVINS

Por esse tempo, meados do século XVIII, fixara-se, em Furquim, o Capitão Francisco Xavier de Barros Souza e Alvim, português de Braga, sobrinho do Pe. Alvim e proprietário das jazidas minerais no arraial de Pinheiros, município de Mariana. Casando-se com Maria Felizarda, desse casal nasceu Ana Angélica Souto Maior Alvim que, casada com o Alferes Joaquim José de Faria e Lana, teve três filhos. Um deles, o Cel. José Cesário de Faria Alvim, herdeiro e ocupante das

minas do arraial de Pinheiro, é o pai de Cesário Alvim.

Foi assim, com o casamento de Tereza Januário Carneiro, filha do Capitão-mor fundador de Ubá, com o Cel. José Cesário de Faria Alvim, de Pinheiros, que nasceram quatro filhos: Francisca, José Cesário, Antônio Cesário e Tereza, sendo o segundo o nosso biografado.

Quando o Capitão-mor morreu, aos 16 de fevereiro de 1828, com a idade de 49 anos, o Cel. José Cesário, pai de Cesário Alvim, herdando terras férteis transferiu-se pouco depois para o arraial de S. Januário do Ubá, com os filhos, fundando a Fazenda da Liberdade. Terras de matas virgens, povoadas de índios, animais ferozes, cobras e insetos, pouco a pouco se formava a amplíssima propriedade, onde se plantaram 100.000 pés de café, extensos milharais e arrozais, e onde se levantaram a casa da sede, o paiol, o moinho, o engenho de cana com seus pertences, a tulha, o sobrado da senzala, e se formaram as pastagens.

Ali, vivia a família Alvim, no pasto, 45 bestas de carga, 11 bois e 6 novinhos; vaca com cria; no chiqueiro, 130 cabeças de porcos; na senzala, 12 escravos, que eram os trabalhadores, havendo até um, de nome Marciano, que era sapateiro; e mais 6 escravas e 12 escravos menores, perfazendo o número de 30. O valor dos escravos variava de 100\$000 o mais barato e menor, até 1.600\$000, o mais caro.

As terras da Fazenda perdiam-se de vista, iam quase do arraial até a além do ribeirão Ubá-pequeno. Mesmo assim, quando o Coronel faleceu, em 1858, essas terras foram avaliadas em 6.600\$000, valor de 4 escravos. O que menos valia era a terra, dando-se apenas valor à cultivada, nada significando as matas.

O Cel. José Cesário faleceu quando Ubá já fora elevada a Vila, a Vila de S. Januário do Ubá. De sua família, a filha mais velha, Francisca Cesária, casara-se aqui, com Vicente José Martins de Castro. A mais nova, Tereza Cesária, casara-se, pouco depois, com o major José Justiniano Carneiro, de notável descendência entre nós.

Ficaram dois filhos menores, José Cesário de Faria Alvim, com 18 anos, e futuro jornalista e político, e Antônio Cesário de Faria Alvim, o futuro magistrado, com 17 anos de idade.

Registramos, nessa altura, a coragem, a perseverança e o heroísmo mesmo, dessa matrona ubaense, Tereza Januária Carneiro, viúva e com filhos menores, para encaminhá-los. Seu desejo era ver os filhos nos estudos, quase inatingíveis naqueles tempos. Sacrificou tudo, propriedades, móveis e imóveis, com dívidas, empréstimos, hipotecas, cobranças judiciais, tudo para mantê-los em São Paulo, até a formatura de ambos em direito, na famosa Escola do Largo de S. Francisco, em 1862.

4. CESÁRIO ALVIM

Ainda acadêmico, na Capital paulista, ganha Cesário Alvim nomeada pela colaboração publicada no jornal O FUTURO, em artigos políticos violentos e pela declamação da poesia que escreveu, intitulada – A Democracia.

Formado, Cesário Alvim retorna a Ubá e enfrenta as lides forenses. A sua estória é das mais dramáticas, comoventes e dolorosas. Sua mãe, a velha fazendeira, estava arruinada e corria, em Juízo, a execução de uma dívida, contraída para a formatura dos filhos. Moveu-a o cel. Francisco de Assis Martins de Castro. Estreando na defesa e sustentando os embargos de sua mãe Tereza Januário Carneiro, diz, de início, Cesário Alvim, em 1º de setembro de 1863:

“Sentimos tomar a pena pela primeira vez, em causa cujo pleito punge-nos em demasia. Surgem quase que fatalmente na vida passada e espinhosa do advogado certas circunstâncias anômalas, em que seu espírito vacila entre pendores opostos. Sabe a nossa consciência os esforços insanos que empregamos para não termos ocasião de folhearmos uns autos que nos enfadam. A torrente dos fatos, porém, levou-nos de vencida: as ondas de uma paixão insensata procuram envolver-nos o espírito, pois bem: entreguemos-nos à sua força; mercê de Deus havemos sobrenadar a todas essas odiosidades pequeninas a que há muito dispensamos nossa comparação” (Cartório do 2º Ofício, Maço 7).

Que drama pungente, reconhecendo-se culpado, o do filho que vai em defesa materna, numa causa sabidamente perdida, porque execução de dívida líquida e certa. Nela, a Fazenda da Liberdade ficou desfalcada de 120 alqueires de terras e

de uma casa.

Em Ubá, junto ao velho Largo da Estação, elevou Cesário Alvim a sua casa de morada, as máquinas de café e de arroz, o armazém, como marcos de progresso de jovem comunidade. Ainda está lá, como bastião perene para perpetuar-lhe a memória, o seu legendário escritório, de paredes muito largas, de escada em caracol, o seu histórico escritório, onde, na parte superior, ficava, em cofre, depositado o dinheiro dos cafés comprados aos fazendeiros e, na parte baixa, permaneciam os escravos armados, que zelavam o tesouro ali contido.

Não havia ainda estrada de ferro e a condução era feita em tropas, geralmente para a Corte.

Tão pronunciada era a vocação política de Cesário Alvim que o Partido Liberal, em cujas fileiras lutava desde os tempos acadêmicos, o incluiu entre os candidatos à Câmara Provincial, em 1864, sendo reeleito em 1866. Destacou-se logo como orador feroso e destemido, brilhando entre os seus pares pela cultura e metuculoso estudo das matérias em debate.

Em 1867, aos 28 anos de idade, é promovido à Câmara Federal: é ali que a sua projeção se estende por todo o país. Funda o jornal A REFORMA e é reeleito até 1880. Em 1884, é nomeado Presidente da Província do Rio de Janeiro, governando com isenção e saber, a ponto de ser aplaudido por liberais e conservadores. Combate rijamente a escravidão, tornando-se famoso o seu Relatório apresentado, em 1885, à Assembléia Provincial fluminense.

Por volta de 1880, chega a Ubá a Estrada de Ferro Leopoldina, pela qual muito se bateu. Foi feito um desvio, no Largo da Estação (hoje Praça Guido), para o armazém de café de Cesário Alvim e outro desvio, em Peixoto Filho, para a Fazenda da Liberdade, que lhe pertencia. D. Pedro II veio inaugurar a via-férrea e hospedou-se nessa Fazenda.

Ubá era, então, uma cidade minúscula, com cerca de três mil almas, com Juiz Municipal, pertencendo à Comarca de Rio Pomba. O forte da população residia nas roças. Os fazendeiros possuíam casas nas ruas, mas só as ocupavam nos

dias de festas religiosas. A lenta substituição das tropas pelos vagões da Leopoldina Railway veio revolucionar o movimento de transportes.

As Fazendas da época bastavam-se para a vida pacífica de então, possuindo quase tudo, inclusive, entre outros, os oficiais pedreiros, carpinteiros, ferreiros ou sapateiros, só comprando o sal, pois mesmo o querosene era substituído pelas candeias de azeite produzido no local. Os escravos, em regra, exerciam os ofícios.

Foi em 1877 que Cesário Alvim denunciou o Ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe, numa das questões parlamentares mais rumorosas do Congresso brasileiro – escândalo das “popelines”, em tecido muito usado na quadra. O caso foi que o Barão de Cotegipe se associara, antes, com um contrabandista e um empregado da Alfândega, sendo o objetivo dos sócios contrabandear “popelines”. A presença do Ministro da Fazenda e do empregado da Alfândega seria garantia suficiente de sucesso no negócio ilícito.

A verdade é que o Ministro era sócio comanditário da firma. Mas, quando se descobriu a fraude, o Visconde de Ouro Preto, então Chefe do Partido Liberal, chamou Cesário Alvim e o encarregou da denúncia à Nação. O estouro do episódio, com os discursos inflamantes de Alvim, provocou grande agitação no país e, durante dez anos, os jornais e os caricaturistas não esqueceram o acontecimento. O Ministério acabou por vir abaixo. Ouro Preto, todavia, desculpou-se, jogando a culpa em Cesário Alvim, nascendo daí a inimizade entre os dois maiores Chefes do Partido Liberal. Essa inimizade levou Cesário Alvim a aderir ao Partido Republicano, quando Ouro Preto assumiu a Chefia do Governo.

Deputado Federal reeleito em quatro legislaturas, foi um derrubador de Ministérios, como o de Rio Branco e o de Duque de Caxias; seis vezes entrou Alvim em listas tríplices para o Senado e em todas foi preterido. Conservou-se lavrador de Ubá, morando na Fazenda da Liberdade, produzindo café, que até levou a uma exposição internacional.

Proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca o nomeou primeiro Presidente de Minas Gerais, no mesmo dia da Proclamação.

Recebido o telegrama na Fazenda da Liberdade, à noite, Cesário Alvim resolveu ir ao Rio, entender-se com Deodoro, antes de assumir o governo.

Assim, atrasou-se dez dias para empossar-se, o que fez a 25 de novembro. Nesse intervalo de 10 dias, o Ministro do Interior, Aristides Lobo, deu ordens para que Antônio Olinto ocupasse interinamente o governo, até a posse do nomeado.

Entanto, manda a verdade dizer que, se a nomeação de Cesário Alvim trouxe um alívio e entusiasmo ao povo mineiro, pelo seu grande passado, alguns republicanos históricos receberam mal a nomeação. Afinal, Cesário era republicano recente, pois tão só aderira à República em 11 de junho de 1889, cinco meses antes da proclamação. E essa adesão claramente resultara da subida ao poder de seu mais temível adversário, o Visconde de Ouro Preto.

Por outro lado, a euforia daqueles que, há muito, vinham formando os Clubes Republicanos e sustentando teses libertárias, ansiosos de mando e poder, se transformou em frustração. Era a fase das paixões desenfreadas.

A sabedoria política de Cesário Alvim, no Governo, estava na sua tese de conciliação, não distinguindo entre vencedores e vencidos, distribuindo, como ele próprio disse “a justiça tranqüilizadora, combatendo o exagero de extremos, impessoal, acompanhado pelo grupo dos propagandistas que não queriam a República para si, mas para a Pátria, aceitando o concurso dos monarquistas de véspera” – “recebendo-os como força do futuro”, como disse João Pinheiro, citado por Afonso Arinos em “Em Estadista da República”.

Poucos meses, aliás, ficou Cesário Alvim no Governo de Minas. Demitindo-se, no Rio, do Ministério do Interior, Aristides Lobo, para o cenário federal convidou Deodoro da Fonseca, o nosso Presidente.

A grandeza, a magnanimidade de Cesário Alvim ainda se retrata na única condição que impôs, para aceitar o Ministério: decretar a anistia para todos os exilados, inclusive para o seu maior inimigo, o Visconde de Ouro Preto.

Eleito Senador da República a 15 de setembro de 1890, à Constituinte republicana, acumulou Alvim os cargos de Ministro do Interior e Senador Constituinte.

Realizaram-se as eleições para primeiro Presidente constitucional do Estado. Em 15 de junho de 1891, a Assembléia mineira elegia Cesário Alvim como primeiro Presidente legal de Minas, reconduzindo-o, assim, ao mais alto posto estadual. Em 70 congressistas, ele obteve 68 votos.

Os republicanos históricos, no entanto, inquinaram a eleição indireta, como foram as primeiras da República, de farsa, de vício original, de ausência de povo. E desencadearam uma avassalante campanha na imprensa, na tribuna, nos comícios. Era a antiga luta dos históricos contra os adesistas.

O segundo governo de Cesário Alvim, todavia, no Supremo posto do Estado, foi fecundo e duradouro.

Cumpria dar liberdade aos eleitores, cortando os vícios e pressões da era monárquica, afastando a influência maléfica dos magistrados nos pleitos. Alvim dirigiu circular aos Juízes, sustentando:

“Incumbo-vos, como primeira autoridade em serviço nessa comarca, de velar com máxima solicitude e plena isenção de ânimo pelo respeito devido a todas as convicções e vontade do cidadão, no exercício de seu direito, que considero sacratíssimo. Fazei ver a todos os cidadãos de vossa comarca que, havendo plena garantia para exercício de seu direito de voto, nenhum se deve eximir de prestá-lo àqueles que, em sua consciência, podem bem dirigir, no interesse de todos, a Justiça e os negócios locais”.

E registrou-se a eleição mais livre que o Estado conheceu.

No universo administrativo, impulsionou a arrecadação, tornando folgada a situação do Tesouro; melhorou os transportes ferroviários; desenvolveu sobremaneira o ensino, promoveu a elaboração das leis orgânicas, Lei de Organização Municipal e Lei de Organização da Justiça.

Foi uma obra invejável de engrandecimento do Estado.

A República, no entanto, atravessava crise institucional, com a renúncia de Deodoro da Fonseca e a ascensão de Floriano Peixoto: a deposição dos governa-

dores tornou-se regra. Em Minas, a tentativa falhou, festejado o Presidente como o baluarte da autonomia estadual.

A oposição, porém, cresceu muito, acirrada pelos acontecimentos. E o rompimento, com o Presidente, de uma parte da bancada federal, mais positivou a divisão da política mineira.

E triste foi o movimento separatista do sul, visando desmembrar o Estado, criando a "Minas do Sul", com a capital em Campanha. Faziam os separatistas a propaganda em vários jornais municipais, chegando a convocar o povo daquela cidade para a reunião em praça pública, a fim de instalar uma Junta Governativa do novo Estado. Era o trabalho ardiloso dos republicanos "históricos", inimigos de Cesário Alvim.

Alvim compreendeu que o único recurso para salvaguardar a integridade de Minas era sair. Mostrava, mais uma vez, a grandeza de seu espírito. Renunciou, sendo sua renúncia aceita em 15 de março de 1890. Dessa forma, evitava o desmembramento do Estado, pois não mais se falou em separatismo. Com o seu gesto de desprendimento, salvou o Estado e cresceu no conceito dos homens de bem.

Recolhera-se o eminente estadista ao seu casarão de Ouro Preto, quando, em fins de 1893, tratou-se de escolher o substituto de Afonso Pena, seu sucessor no Governo de Minas. Um grupo de 31 deputados se dirigiu a Cesário Alvim, pedindo-lhe que indicasse os nomes de candidatos a Presidente e Vice. Não tergiversou Alvim e indicou Francisco Bernardino e Américo Luz. Seus adversários, todavia, reuniram-se em Barbacena e indicaram Bias Fortes. As forças governistas aprovaram essa indicação: Bias tornou-se imbatível.

Esse fato, porém, não desanimou ao velho batalhador, que fundou o jornal "Opinião Pública" e sustentou bravamente a candidatura oposicionista.

A campanha tomou feição violenta, de ataques explosivos e pessoais. O resultado era previsível: Bias Fortes teve 44.434 votos, enquanto o candidato oposicionista Francisco Bernardino, 30.489 sufrágios. Estava encerrada a carreira política

desse grande líder em seu Estado natal.

Os parâmetros de sua vida pública, em que tão alto elevou o nome de Ubá e de Minas, haviam posto em destaque sua capacidade administrativa, dedicando, desde então, sua atividade, inteligência e honradez à administração pública. Foi presidente do Loide Brasileiro e da Estrada de Ferro Oeste de Minas, revelando zelo e competência no comando das duas poderosas empresas.

Mas foi como Prefeito do Rio de Janeiro, então, Distrito Federal, que prestou assinalados serviços à Capital da República. Basta citar a nomeação do poeta Olavo Bilac, como conta Humberto de Campos, para inspetor escolar do Rio, contrariando os interesses dos políticos e afastando os demais candidatos, para ressaltar o acerto e a firmeza de suas medidas e atitudes.

Para testemunhar o grau de isenção com que exercia o poder, suficiente é citar o gesto em que, tendo proibido os funcionários públicos de trabalharem nas eleições, resolveu lutar para a vitória do próprio Alvim. Este o demitiu, por transgredir as ordens recebidas.

Um episódio doloroso é contado pelo seu neto, Afonso Arinos de Melo Franco, em "Um Estadista da República". Velho e cansado, desiludido das glórias do mundo, veio Cesário Alvim a Belo Horizonte visitar o seu genro, Afrânio de Melo Franco. Estava na calçada, esquina da casa, à entrada da Praça da Liberdade, quando passou uma multidão, com foguetes e banda de música, para homenagear o novo Presidente do Estado.

Só e estático, olhou a avalanche humana que atravessava a rua, dando vivas, sem notar que aquele velho, isolado e na beira da calçada, fora o grande político que governara o Estado duas vezes e que, há pouco tempo, recebia manifestações iguais, como prova de prestígio e dedicação duradoura.

Como deve ter sorrido, interiormente, Cesário Alvim, daquela consagração transitória, passageira, que o tempo desfaz e a memória apaga, na fugaz sucessão das coisas do mundo.

Dele, disse o Pe. Pedro Vidigal, n' "Os Antepassados":

“Homem simples, era dotado de notável personalidade. Nunca se agachou diante de poderoso algum para poder subir aos altos postos. A sua ascensão na vida pública dependeu exclusivamente de seus méritos e não de favores que, às vezes, vexam e humilham.

Por motivos leves, o seu talento e a sua cultura nunca foram desperdiçados. Estava sempre a serviço das grandes causas, relacionadas com os maiores interesses do Brasil”.

Cesário Alvim faleceu a 3 de dezembro de 1903, no Rio de Janeiro.

Eis aí, em rápidas pinceladas, a vida desse Fazendeiro e industrial de Ubá, que, saindo de sua Fazenda da Liberdade, subiu aos mais altos postos da política e da administração, e a quem os pósteros rendem a homenagem de reconhecimento, lição viva para os moços e os homens de hoje e de amanhã.